



PODER

PEC para bancar despesas fora do teto

Equipe de transição e relator do Orçamento vão negociar com o Congresso uma proposta que dará licença à nova gestão para manter Auxílio Brasil de R\$ 600 e permitir reajuste real do salário mínimo entre 1,3% e 1,4%, além de outros gastos

» GABRIELA ORNELAS
» RAPHAEL FELICE
» VICTOR CORREIA

FÁTIMA MEIRA/ESTADÃO CONTEÚDO



O vice-presidente eleito Geraldo Alckmin com o senador Marcelo Castro e integrantes do PT, na reunião em que se negociou a formulação da PEC

A equipe de transição de governo, comandada pelo vice-presidente eleito Geraldo Alckmin, e o relator do Orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI), decidiram que vão apresentar uma proposta de emenda à Constituição (PEC), em caráter emergencial, com o objetivo de garantir recursos para cumprir compromissos de campanha do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. A intenção é retirar do teto de gastos as verbas para as despesas mais urgentes, entre os quais, a continuidade do Auxílio Brasil de R\$ 600.

“Não cabe no Orçamento atual as demandas que precisamos atender. Então, de comum acordo, decidimos levar aos líderes partidários, ao presidente do Senado Federal e ao presidente da Câmara dos Deputados a ideia de aprovarmos uma PEC da Transição deste governo para o próximo, excepcionalizando do teto de gastos algumas despesas que são inadiáveis, como o Bolsa Família (Auxílio Brasil) no valor de R\$ 600, que é um compromisso público assumido pelo presidente Lula”, explicou Castro.

O texto da PEC será encaminhado o mais rápido possível. “Demonstramos que temos boa vontade e contamos com a colaboração do Congresso Nacional”, afirmou o relator. Uma PEC é discutida e votada em dois turnos em cada uma das casas do Parlamento. Para ser aprovada, precisa do voto de três quintos dos deputados (308) e dos senadores (49).

Segundo Castro, o Orçamento “é deficitário por si só”. Não tem recursos para atender projetos como o Auxílio Brasil, a Farmácia Popular, a saúde indígena, a merenda escolar. E, conforme destacou, ainda reduziu verba para vacinação e demais procedimentos terapêuticos. “São muitas as deficiências do Orçamento, mas temos de trabalhar com a nossa realidade. E

o governo eleito está fazendo gestões para que o Orçamento possa se adequar à maneira de governar do novo governante”, destacou o relator. Ele ainda ressaltou que o Orçamento para 2023 é o “mais restritivo da história”.

Alckmin, por sua vez, repetiu que a prioridade do novo governo é manter o Auxílio Brasil em R\$ 600 a partir de janeiro e adicionar um pagamento de R\$ 150 para famílias com crianças de até 6 anos. O vice-presidente eleito aproveitou para agradecer a boa vontade da atual gestão e do relator.

“O senador Marcelo Castro fez um trabalho muito importante e tem uma equipe técnica muito preparada. A preocupação é manter o Bolsa Família (Auxílio Brasil) em R\$ 600. E, para pagá-lo em janeiro, há a necessidade de até 15 de dezembro termos

a autorização, a chamada PEC da Transição”, explicou Alckmin. “Outra prioridade é não ter interrupção de serviços públicos e paralisação de obras públicas, e isso não está adequado no Orçamento enviado para o Congresso Nacional”, completou.

Alckmin anunciou que haverá uma outra reunião com Castro, na próxima terça-feira, para detalhar o texto da PEC. Um dia antes, o vice-presidente eleito se encontrará com Lula para tratar sobre o assunto.

Um dos participantes da reunião de ontem, o senador Jean Paul Prates (PT-SE) afirmou que o grupo já negocia os termos da PEC com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL); do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG); e da Comissão Mista de Orçamento, deputado Celso Sabino

(União-PA). O parlamentar disse, ainda, que o texto pode avançar por meio de tramitações paralelas.

“Na forma, o grupo está conversando com os presidentes das Casas e com o presidente da CMO, além do relator, para que seja através de uma PEC (“da Transição”), com tramitação paralela e previsão de despesa condicionada (como na dos precatórios). E dar urgência na tramitação, talvez até aproveitando PEC existente, em paralelo à Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA)”, informou Prates. “Nos dias de dezembro, aprovação das duas PECs e Orçamento organizado para 2023. Nos valores, o grupo técnico vai trabalhar no detalhamento, com prioridade para atender o auxílio emergencial e o início dos compromissos do período eleitoral.”



A preocupação é manter o Bolsa Família (Auxílio Brasil) em R\$ 600. E, para pagá-lo em janeiro, há a necessidade de até 15 de dezembro termos a autorização, a chamada PEC da Transição”

Geraldo Alckmin,
vice-presidente eleito

Extras de R\$ 200 bi

O acordo discutido na reunião entre o vice-presidente eleito Geraldo Alckmin e o relator-geral do Orçamento, Marcelo Castro (MDB-PI), ontem, foi para estabelecer quais programas serão cobertos com o chamado waiver total (uma licença para gastar) na PEC da Transição, que começa a ser escrita agora.

O valor final é alvo de impasse e poderá ser definido na PEC ou apenas durante a votação do Orçamento de 2023. O que a proposta vai trazer são os programas que poderão ficar fora do teto, a regra constitucional que atrela o crescimento das despesas à inflação. O chamado “waiver” tem batido nos R\$ 160 bilhões, podendo chegar a R\$ 200 bilhões, como defendem alguns integrantes da cúpula petista.

Além do Auxílio de R\$ 600, a equipe de transição quer garantir na PEC um reajuste real do salário mínimo (entre 1,3% e 1,4%) e outros programas a serem definidos até a próxima terça-feira, quando o texto deve ser apresentado.

Impacto

Manter o Auxílio Brasil de R\$ 600 a partir de janeiro — o que não está previsto no projeto do Orçamento de 2023 — tem impacto de R\$ 52 bilhões. Lula também prometeu um benefício extra de R\$ 150 para mães com crianças de até 6 anos de idade, o que gera um custo adicional de R\$ 18 bilhões, conforme cálculos do relator.

O relator e a equipe de transição ainda não afirmaram qual é o tamanho do espaço fiscal que precisará ser aberto para viabilizar as intenções do novo governo.

Começa a corrida contra o tempo

Integrante da equipe de transição de governo, o senador eleito Wellington Dias (PT-PI) afirmou que “o grande desafio é o tempo” para aprovar a PEC. A manutenção do Auxílio Brasil de R\$ 600 é o ponto mais urgente, já que a folha de pagamentos para o benefício é processada em dezembro.

O objetivo da equipe de transição é que a PEC seja aprovada na primeira ou na segunda semana do próximo mês. O texto tramitará no Congresso em paralelo com o da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), enviada ao Parlamento pelo governo Bolsonaro. Atualmente, o Orçamento prevê apenas um benefício de R\$ 405 por pessoa a partir de janeiro, apesar das repetidas promessas do chefe do Executivo de manter o valor atual.

“Nós temos de, já na terça-feira, ter as condições de redação dessa emenda constitucional, ter

a definição dos valores e, é claro, a proposição do presidente eleito Lula a partir da aprovação assim feita aqui, comandada pelo vice-presidente eleito (Geraldo Alckmin)”, declarou Dias.

Uma das definições necessárias para a PEC é sobre quais serão as áreas estratégicas incluídas. Além do Auxílio Brasil, verbas para a infraestrutura de transportes e Saúde.

Lira e Guimarães

Enquanto a cúpula do governo de transição conversava com o relator-geral do Orçamento, senador Marcelo Castro (MDB-PI), o deputado federal José Guimarães (PT-CE) se reuniu com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Segundo o vice-presidente do PT, a conversa teve “saldo positivo”.

“Nós tivemos a primeira conversa oficial com o presidente da

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



Novo governo iniciou conversa com o presidente da Câmara

Câmara. A conversa foi boa. Ele disse que topa ajudar, topa dialogar, que vai sentar com o Lula e depois discutir a pauta”, contou. “Na minha percepção, o presidente Lira e o pessoal do Senado que discute com o presidente (Rodrigo) Pacheco (do Senado)

vão buscar o melhor entendimento com o governo. (Lira) Tem posições diferentes, mas está disposto a construir um consenso para votações de matérias que interessem ao novo governo. Isso é o saldo político da reunião”, acrescentou. (GO, RF e VC)

Encontro cordial com Bolsonaro

» TAÍSA MEDEIROS

Coordenador da transição de governo, o vice-presidente eleito Geraldo Alckmin teve um encontro inesperado com o presidente Jair Bolsonaro (PL). No mesmo horário em que o ex-governador deixava o Palácio do Planalto, após reunião com o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira (leia reportagem na página 3), o chefe do Executivo chegava ao local e pediu para falar com ele.

O chefe de gabinete pessoal de Bolsonaro, Pedro César de Sousa, foi encarregado de chamar Alckmin. O encontro do presidente com o vice eleito foi rápido e cordial, segundo relatos. Os dois entraram sozinhos no gabinete presidencial, onde permaneceram por poucos minutos. Em seguida, Bolsonaro voltou ao Palácio da Alvorada, num indicativo de que o

deslocamento ocorreu com objetivo de encontrar o vice-presidente eleito.

Mais tarde, Alckmin comentou sobre o encontro. “Foi positivo. O presidente (Bolsonaro) convidou para que fosse até lá ao seu gabinete”, disse. “Nós estávamos saindo já. E reiterou o que disse o ministro Ciro Nogueira e o ministro general (Luiz Eduardo) Ramos, da disposição do governo federal de prestar todas as informações, colaborações, para que se tenha aí uma transição pautada pelo interesse público”, frisou.

Ao ser questionado sobre o teor da conversa, Alckmin disse que “o presidente fala depois”, mas resumiu que foi para “reiterar os compromissos em relação à transição, pautada na transparência, na continuidade dos trabalhos, no planejamento, na previsibilidade”, comentou.